

Sempre na luta



**APOSENTADOS(AS)
PLANEJAM AÇÕES
PARA O ANO**

[pág 11]



**PARANÁ INSTITUI
FÓRUM ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO**

[pág 8]



30 de Agosto

Abril de 2013

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | www.appsindicato.org.br

Ano XXIII | nº 181

Mobilização

CAMPANHA NACIONAL



**24 DE ABRIL
GREVE NACIONAL
PARE!**

Dia Estadual de Paralisação

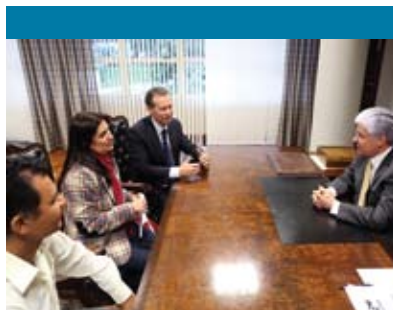
BASTA!

Queremos um novo modelo de atendimento à saúde

Arte: Rodrigo Romani | APP

É lutando que se avança!

Através da união, mobilização e perseverança, categoria avança na conquista de direitos e se prepara para os desafios [págs 4 e 5]



LEANDRO TAQUES

**A luta no
Paraná pela
hora-atividade
é antiga**

Primeira grande campanha em defesa do direito foi em 1996 [pág 7]

**Projetos da
Educação na
Alep**

Sindicato continua acompanhando atentamente a tramitação das propostas, que devem ser votadas logo [pág 6]

**Veja as principais
mudanças na
carreira dos
funcionários(as)**

[pág 7]

24 de abril é dia de paralisação estadual

O Paraná somará forças com o restante do país na defesa da educação pública de qualidade e dos(as) educadores(as) [pág 3]

EDITORIAL

Educação pública, eu apoio!

Com este *slogan*, os trabalhadores em Educação de todo país, mais uma vez, vão às ruas. O objetivo é chamar a atenção dos governantes e da sociedade para a importância da defesa, bem como do fortalecimento, da Educação pública. E uma Educação pública de qualidade é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. Isto só é possível com a instituição de políticas efetivas de financiamento, de gestão e de valorização dos profissionais que atuam na área.

Assim, em todo o Brasil, reivindicamos a ampliação de recursos para a Educação, a implantação do Piso Nacional do Magistério (com os 33% de hora-atividade em todos Estados e municípios), a aprovação, no Congresso Nacional, do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e a instituição

de políticas de profissionalização e valorização dos(as) funcionários(as) da Educação.

Paralisação 24 de abril

Para somar força à mobilização em todo o país, em decisão de assembleia estadual, os(as) professores(as) e funcionários(as) da Educação do Paraná decidiram realizar paralisação estadual no dia 24 de abril. Neste dia, além de discutirmos a pauta nacional, vamos cobrar do governo do Paraná o atendimento aos pontos centrais da pauta de reivindicações. Entre estes, um novo modelo de atendimento à saúde, o reajuste do PSPN, a data-base e o reajuste diferenciado para os(as) funcionários(as), uma nova oferta da dobra de padrão, o debate da matriz curricular e novos concursos públicos para funcionários(as) de escolas.

A APP está organizando uma série de atividades em abril. É fundamental que cada escola debata e participe das atividades que têm como objetivo central melhorar as condições de trabalho e de salário dos trabalhadores em Educação, e, consequentemente, a ampliação da qualidade da Educação pública. A mobilização efetuada pela categoria em torno da APP tem dado frutos. Exemplo disto são os projetos de lei da Educação que estão próximos da aprovação na Assembleia Legislativa do Paraná. Precisamos nos manter juntos para continuarmos avançando e para superarmos os vários desafios que temos à frente.

Direção Estadual da APP-Sindicato

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas
ATUALIZADA COM 6,65% - OUTUBRO/2012 (Lei Complementar 150 de 29/08/2012)

		Classes										
	NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	(76) 2.234,00	(77) 2.345,70	(78) 2.462,99	(79) 2.586,14	(80) 2.715,44	(81) 2.851,22	(82) 2.993,78	(83) 3.143,47	(84) 3.300,64	(85) 3.465,67	(86) 3.638,96
Especialização	Nível II	(65) 1.306,18	(66) 1.371,48	(67) 1.440,06	(68) 1.512,06	(69) 1.587,66	(70) 1.667,05	(71) 1.750,40	(72) 1.837,92	(73) 1.929,82	(74) 2.026,31	(75) 2.127,62
Lic. Plena	Nível I	(54) 1.044,94	(55) 1.097,19	(56) 1.152,05	(57) 1.209,65	(58) 1.270,13	(59) 1.333,64	(60) 1.400,32	(61) 1.470,34	(62) 1.543,85	(63) 1.621,05	(64) 1.702,10
Lic. Curta	Nível Esp. III	(43) 888,20	(44) 932,61	(45) 979,24	(46) 1.028,20	(47) 1.079,61	(48) 1.133,59	(49) 1.190,27	(50) 1.249,79	(51) 1.312,27	(52) 1.377,89	(53) 1.446,78
Lic. Curta	Nível Esp. II	(32) 783,71	(33) 822,89	(34) 864,04	(35) 907,24	(36) 952,6	(37) 1.000,23	(38) 1.050,24	(39) 1.102,75	(40) 1.157,89	(41) 1.215,78	(42) 1.276,57
Magistério	Nível Esp. I	(21) 731,46	(22) 768,03	(23) 806,43	(24) 846,75	(25) 889,09	(26) 933,55	(27) 980,22	(28) 1.029,24	(29) 1.080,70	(30) 1.134,73	(31) 1.191,47

Mensalidade APP: R\$ 32,91 (4,5% - Classe 1 - Nível Especial I)

Auxílio transporte (AT): R\$ 304,83 (24% - Classe 5 - Nível I)

Tabela Salarial dos Funcionários (as)

Agente Educacional I				Agente Educacional II			
Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$	Classe / Nível	R\$
1	784,02	10	1.096,75	19	1.534,21	28	2.146,16
2	813,82	11	1.138,43	20	1.592,52	29	2.227,71
3	844,75	12	1.181,69	21	1.653,02	30	2.312,36
4	876,86	13	1.226,59	22	1.715,83	31	2.400,22
5	910,17	14	1.273,21	23	1.781,05	32	2.491,45
6	944,74	15	1.321,59	24	1.848,73	33	2.586,11
7	980,66	16	1.371,81	25	1.918,98	34	2.684,40
8	1.017,91	17	1.423,94	26	1.991,89	35	2.786,40
9	1.056,60	18	1.478,05	27	2.067,59	36	2.892,28

Auxílio transporte: R\$ 235,20

Tabela Salarial do QPPE do Estado do Paraná

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente de Profissional		
	Classe			Classe			Classe		
Ref.	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	R\$ 784,02	R\$ 1.224,79	R\$ 1.913,32	R\$ 1.176,05	R\$ 1.854,35	R\$ 2.923,88	R\$ 2.822,52	R\$ 4.532,86	R\$ 7.279,61
2	R\$ 811,48	R\$ 1.267,65	R\$ 1.980,29	R\$ 1.217,21	R\$ 1.919,24	R\$ 3.026,22	R\$ 2.921,30	R\$ 4.691,51	R\$ 7.534,41
3	R\$ 839,88	R\$ 1.312,03	R\$ 2.049,60	R\$ 1.259,82	R\$ 1.986,42	R\$ 3.132,14	R\$ 3.023,55	R\$ 4.855,70	R\$ 7.798,10
4	R\$ 869,27	R\$ 1.357,94	R\$ 2.121,34	R\$ 1.303,90	R\$ 2.055,96	R\$ 3.241,77	R\$ 3.129,37	R\$ 5.025,66	R\$ 8.071,05
5	R\$ 899,69	R\$ 1.405,47	R\$ 2.195,58	R\$ 1.349,54	R\$ 2.127,91	R\$ 3.355,21	R\$ 3.238,90	R\$ 5.201,57	R\$ 8.353,53
6	R\$ 931,19	R\$ 1.454,67	R\$ 2.272,43	R\$ 1.396,78	R\$ 2.202,38	R\$ 3.472,65	R\$ 3.352,25	R\$ 5.383,62	R\$ 8.645,90
7	R\$ 963,78	R\$ 1.505,57	R\$ 2.351,97	R\$ 1.445,66	R\$ 2.279,47	R\$ 3.594,20	R\$ 3.469,58	R\$ 5.572,04	R\$ 8.948,52
8	R\$ 997,50	R\$ 1.558,27	R\$ 2.434,87	R\$ 1.496,27	R\$ 2.359,26	R\$ 3.719,98	R\$ 3.591,03	R\$ 5.767,06	R\$ 9.261,71
9	R\$ 1.032,42	R\$ 1.612,81	R\$ 2.519,47	R\$ 1.548,62	R\$ 2.441,82	R\$ 3.818,65	R\$ 3.716,70	R\$ 5.968,91	R\$ 9.585,88
10	R\$ 1.068,55	R\$ 1.669,25	R\$ 2.607,67	R\$ 1.602,84	R\$ 2.527,29	R\$ 3.984,94	R\$ 3.846,80	R\$ 6.177,83	R\$ 9.921,38
11	R\$ 1.105,97	R\$ 1.727,69	R\$ 2.698,94	R\$ 1.658,93	R\$ 2.615,75	R\$ 4.124,43	R\$ 3.981,43	R\$ 6.394,04	R\$ 10.268,63
12	R\$ 1.144,67	R\$ 1.788,15	R\$ 2.793,40	R\$ 1.716,99	R\$ 2.707,29	R\$ 4.268,77	R\$ 4.120,79	R\$ 6.617,84	R\$ 10.628,03

AGENDA 2013

Abril

22 a 26 - Pressão junto aos deputados federais apresentando a pauta nacional da educação.

23 a 25 - Greve Nacional da Educação Pública.

24 - Caravana a Brasília - Ocupação do Congresso Nacional.

Paralisação estadual e realização de atos com ênfase na pauta da saúde.

Maio

1º - Dia do(a) Trabalhador(a) - Data-base da categoria dos(as) trabalhadores(as) em educação.

02 a 04 - Escola de Formação Sindical - I Etapa Estadual.

16 e 17 - Seminário Nacional Departamento de Especialistas (Despe), em Brasília - CNTE.

18 e 19 - Seminário Estadual por Uma Educação Sem Homofobia, em Curitiba.

21 e 22 - Encontro Latino Americano da Diversidade - LGBT, em São Paulo.

27 e 28 - Oficina Negociação Salarial da CNTE (sindicatos estaduais que negociam com os prefeitos), em Brasília.

31 - Recesso Escolar.

f App Sindicato

t @appsindicato

YouTube APPSINDICATO



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE

Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnísia Mangueira (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 55 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretária Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretária de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Mário Sérgio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretária de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretária de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência.

24 de abril é dia de paralisação estadual e nacional

Na data, educadores(as) de todo país vão às ruas, para mostrar força e apresentar demandas para a melhoria da Educação pública



“Quando todos lutam juntos por uma ideia, ela vira um ideal”. É com este lema que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) dá a largada à 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, realizada em âmbito nacional, entre os dias 23 e 25 de abril. Lançada no início de abril, a campanha “Educação pública, eu apoio!” chama educadores(as), alunos(as), governantes e comunidade para discutirem os grandes temas da política educacional brasileira. Entre estes, a implantação do PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional), a aprovação do novo Plano Nacional de Educação e a ampliação dos recursos para a área da educação.

Na assembleia estadual da categoria realizada em 9 de março, os(as) educadores(as) aprovaram, a partir do calendário nacional, os próximos passos da mobilização. O destaque principal será a paralisação em **24 de abril**.

Além da pauta nacional, os professores e funcionários(as) paranaenses irão cobrar do governo estadual ações para o atendimento de várias reivindicações de âmbito local, destacando a cobrança pela instituição de um novo modelo de atendimento à saúde dos educadores(as). A mobilização acontecerá a partir das 9h, em frente ao Palácio Iguaçu, em Curitiba, e contará com a presença de representações de todo o Estado.

Neste dia, além de concentrar em frente a sede do governo estadual para cobrar respostas a vários pontos da pauta de reivindicação, a categoria destinará atenção à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em virtude da tramitação dos dois projetos de lei: o da hora-atividade e o de alterações na carreira dos(as) funcionários(as) da educação. Uma caravana da APP-Sindicato estará em Brasília, no dia 24, para participar da mobilização nacional convocada pela CNTE na Câmara dos Deputados.

Veja o calendário e a programação:

16 de abril – Dia da APP-Sindicato nas Escolas.

22 de abril – Reunião com a bancada federal do Paraná na APP-Sindicato.

22 e 23 de abril – Visita da APP às Câmaras Municipais.

23 de abril – Audiência Pública sobre PNE, Piso e Conae 2014, a partir das 9h, no Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

23 de abril – Debate sobre Conae, PNE e PSPN na APP-Sindicato.

24 de abril – Paralisação Nacional e Estadual.

25 de abril – Reunião nas escolas.

26 de abril – Pressão junto aos deputados e senadores paranaenses.

APP e FES reivindicam reajuste de 13,5% para funcionalismo público

Em 2013, o Fórum das Entidades Sindicais (FES), que é coordenado pela presidenta da APP-Sindicato, professora Marlei Fernandes de Carvalho, apresentou já na primeira reunião com o governo uma pauta de reivindicações que unifica todos os servidores do Estado. Entre os itens está o compromisso com o pagamento da data-base para maio. As entidades lutam para o que o governo conceda o aumento de 13,5% (os mesmos 12,5% concedidos ao mínimo regional, mais o valor de 1% do acréscimo destinado à ParanaPrevidência); melhorias nas condições de trabalho dos servidores(as), com políticas de prevenção; reformulação do atual modelo de atendimento à saúde, o SAS; mais concursos públicos ao invés da criação do abusivo número de cargos comissionados. O índice de **13,5%** reivindicado pelo Fórum é o mesmo de reajuste que a APP cobra para os(as) **funcionários(as) da educação**.



• Sindicatos entregam ao líder do governo na Alep nota pública com reivindicações dos(as) servidores(as) públicos(as)

UANILLA PIVETA | APP

Lutas da categoria garantem conquistas

Atuação da APP-Sindicato tem sido fundamental para as conquistas

A atuação dos(as) educadores(as) nos últimos anos resultou em avanços importantes. Um bom parâmetro é a questão da equiparação salarial. Em 2006, a APP-Sindicato lançou a campanha 'Basta de Discriminação!', na qual exigia que o governo do Estado igualasse os salários dos(as) professores(as) com os(as) demais servidores(as) que possuísem a mesma exigência de formação para ingresso no serviço público, bem como a mesma carga horária. Na época, o índice reivindicado era de **56,94%**. De lá para cá, a diferença foi diminuindo, com a aplicação de variados índices de reajuste (veja gráfico abaixo), restando, para este ano, 3,47% (*), que serão pago em outubro.

Além destes percentuais, há a correção anual da inflação, através da data-base, outro importante marco conquistado pela categoria, através da lei 15.512/2007, em conjunto com o Fórum Estadual dos Servidores (FES). Este



ano, para o magistério, o índice já está incluído nos 7,115% relativo a atualização do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Os(as) funcionários(as) da educação, bem como os(as) demais servidores(as), também receberão os 3,47% no mês da data-base: maio.

Atos serão promovidos por todo o Estado, evidenciando a força da categoria na defesa de uma Educação pública de qualidade

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Índice reivindicado da equiparação	56,94%	56,94%	38,57%	25,97%	25,97%	25,97%	18,67%	3,54
Índice da equiparação conquistado	-	13,70%	5%	-	-	5,83%	5,95% (maio) + 5,95% (julho)	3,47% (7,115% do PSPN)
Data-Base paga aos servidores	-	3,34%	5%	6%	5%	6,5%	6,5%	Prevista em 6,11%
Índice total conquistado no ano	-	17,04%	10%	6%	5%	11,98%	18,4%	10,585 (7,115% do PSPN + 3,47%)

* O índice pode variar em virtude do percentual da data-base

O Piso no Paraná

A conquista do pagamento do valor do PSPN no Estado também foi fruto de uma imensa batalha dos(as) educadores. Apesar de a lei ter sido sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, na época, cinco Estados impetraram no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a legislação. O que resultou em um atraso no seu cumpri-

mento. No Paraná, não foi diferente. Em 2011, a categoria conseguiu que o valor do Piso fosse implementado no Estado.

Por conta da bem-sucedida luta da equiparação, o percentual – à época – foi conjunto (equiparação e PSPN): 5,83%. Em 2012, o índice conquistado foi de 19,55%, que supriu o valor determinado pelo Ministério da Educação (MEC) e colocou o Piso no Estado um pouco acima do PSPN. Além disso, sig-

nificou um ganho real de mais de 12% sobre o índice da data-base que foi de 6,5%. É importante lembrar que o valor do Piso é extensivo a todos os aposentados (mesmo os sem paridade) e pensionistas, de acordo com o Plano de Carreira dos(as) Professores(as).

Obs.: leia sobre hora-atividade na página 12.

...e apontam novos desafios da Educação

Sindicato elege a saúde como pauta central

O tema saúde tem preocupado os(as) educadores(as). As políticas de desvalorização e precarização do trabalho têm criado um quadro de adoecimento dos(as) trabalhadores(as) no mundo inteiro. A Educação não está a salvo deste fenômeno. No Paraná, a categoria tem se mobilizado para recompor o caráter público da Educação e avançar em conquistas direcionadas à valorização profissional. No último período, obtivemos conquistas importantes. Mas, infelizmente, com relação à saúde, foram poucos avanços. Há um quadro de adoecimento generalizado da categoria. E é preciso, este ano, reforçar a luta dos(as) educadores(as) por um novo modelo de atendimento à saúde. O

atual sistema que existe no Estado é caro e ineficiente. E continuam as filas de espera por atendimento, isto quando há atendimento.

Por tudo isso a APP, em conjunto com o Fórum dos Servidores (FES), tem exaustivamente cobrado a implementação de um novo modelo que, entre outras coisas, seja descentralizado e tenha sua gestão feita de forma paritária; que ocorra a criação de um Fundo de Saúde no qual sejam incluídos todos(as) os servidores(as) – independente do vínculo com o Estado; que finalmente sejam apresentados os valores sobre a co-participação dos(as) trabalhadores(as) para que este sejam debatidos; a possibilidade de inclusão

de dependentes no novo modelo; a ampliação da contrapartida do Estado no novo sistema de atendimento e o credenciamento de várias clínicas e hospitais.

Campanha - A APP já está preparando uma grande campanha em defesa e pela valorização da saúde dos profissionais de educação. No dia 24, em todo o Paraná, a entidade estará chamando a atenção sobre a gravidade do atual modelo de atendimento à saúde do Estado. Este precisa ser alterado urgentemente. Apesar de promessas, até o momento o governo não apresentou uma proposta para a avaliação da categoria.

Veja, também, como está o andamento de outras reivindicações:

Concursos

A conquista do concurso público para professores(as) foi um marco importante em 2012. No início deste ano, o edital foi finalmente publicado. A APP fez uma requereu uma série de mudanças, que acabaram não sendo acatadas pelo governo estadual. Apesar disto, a entidade está acompanhando todas as etapas do certame. Agora, a luta é para a realização, também este ano, de um concurso para o Quadro Próprio dos(as) Funcionários(as) da Educação Básica (QFEB).

Adequações do Plano de Carreira do Magistério

A Comissão de Estudos para as Adequações dos Planos de Carreira - composta pela APP e representantes da Seed - está finalizando a última versão do Anteprojeto de Lei de Alteração ao Plano de Carreira dos professores(as). Agora, o texto passará por trâmites internos no governo antes de ser discutido na mesa de negociações entre sindicato e o secretário Flávio Arns, para, então, ser remetido à Assembleia Legislativa. A Comissão também debateu alterações na Lei Complementar 130, que trata do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Com relação aos pontos próprios da

carreira, as mudanças estão ajustadas. Uma das principais alterações no plano é a garantia de que o mestrado ou doutorado seja utilizado para a promoção ao Nível III, independente da participação no PDE, para aqueles que estiverem na Classe 11, Nível II da tabela salarial. A Comissão também elaborou propostas para regularizar os problemas ocorridos atualmente com as aulas extraordinárias. Em vários afastamentos, os professores têm perdido o direito à atribuição a estas aulas. Outra reivindicação atendida no texto é o reconhecimento do tempo PSS para efeito de avanço na carreira.

Cargo de 40 horas

A boa nova sobre o tema é que, em março, o Tribunal de Justiça do Paraná reconheceu, por 14 votos a 9, a constitucionalidade da legislação estadual da Dobra de Padrão (Decreto 4213/2009), ao analisar a ADI proposta pelo Ministério Público Estadual. Em setembro do ano passado, o MPE enviou uma ADI afirmando que existiria incompatibilidade entre o Plano de Carreira dos Professores (em seu artigo 29, § 2º), o Decreto 4213 e a Constituição Estadual, que dispõe que o ingresso em cargo ou emprego público deve ser feito apenas por concurso. Agora, com a decisão do TJ do Paraná, a APP vai retomar o debate de uma nova oferta do cargo de 40 horas ainda para este ano.

Educação Especial

A APP mantém a luta para a resolução da pauta de reivindicações dos(as) trabalhadores(as) que atuam com a Educação Especial na rede pública estadual de ensino. Neste sentido, a entidade já protocolou um pedido de reunião, específico sobre o tema, com o secretário de Estado de Educação e cobra o agendamento da mesma. Além disso, no início deste ano o Departamento Jurídico do sindicato fez uma representação ao Ministério Público do Paraná pedindo providências para coibir o desrespeito aos direitos dos professores cedidos pelo Estado, via convênio, às unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

Aposentados(as)

A comissão também apresentou a proposta de enquadramento de professores aposentados, no Nível II da carreira, conforme várias decisões judiciais em favor da tese da APP.

Educação Física

A perda de espaço sofrida pela disciplina por conta da nova matriz curricular imposta pela Seed às escolas da rede estadual revoltou a categoria. Entre as medidas de enfrentamento ao ataque foi feito um boicote aos Jogos Estudantis Paranaenses (JEPs). Além disso, o Coletivo de Educação Física da APP também está organizando novos encaminhamentos.

Projetos de lei resultaram da firme atuação da categoria junto com a APP

Projetos da Educação estão na Assembleia e devem ser aprovados nos próximos dias

Duas propostas de interesse dos(as) educadores(as) tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), desde meados de março. Tratam-se dos projetos de lei complementar 02 e 03/2013. O primeiro ajusta a Lei Complementar Estadual nº 103/2004 – Plano de Carreira dos(as) Professores(as) – à Lei Federal 11.738/2008 – Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) –, estabelecendo que 1/3 da jornada dos(as) professores(as) da Educação Básica da rede estadual de ensino deve destinar-se à hora-atividade. O segundo faz uma série de alterações no Plano de Carreira do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB), entre elas o reconhecimento da graduação (Agentes I) e da pós-graduação (Agentes II), para efeito de avanços na carreira.

Histórico - A chegada das propostas à Alep foi apenas parte da longa jornada percorrida pela APP-Sindicato e pela categoria na defesa destas reivindicações. Foi realizada, **em setembro de 2011**, a primeira reunião da Comissão de Estudos para a Adequação dos Planos de Carreiras dos Professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e dos Funcionários pertencentes ao QFEB, formada por sindicato e governo - e que redigiu a minuta com a proposta de mudança na carreira dos(as) funcionários(as). No final de

2012, a proposta quase chegou a ser enviada a Assembleia, mas o recuo do governo – que retirou o reconhecimento à graduação e pós-graduação para o avanço na carreira do QFEB – foi um dos motivos que levou a categoria a decidir, na assembleia de dezembro, pelo indicativo de greve para março de 2013.

A proposta que adequa o Plano de Carreira dos(as) Professores(as) – no que diz respeito a destinação de 33% da jornada – à Lei do Piso também foi uma vitória dos(as) educadores(as). O ano de 2012 terminou com o governo ampliando a hora-atividade de 20% para 25%, diferente do que havia

acordado com a categoria. Além disso, apontou que o Estado poderia considerar a hora relógio, em vez da hora-aula, como base de cálculo da hora-atividade. A categoria não aceitou. Após negociação, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) apresentou a proposta de ampliar, em julho deste ano, para 30% a hora-atividade, e os 3,33% restantes no início do ano letivo de 2014. Foi fundamental reverter a proposta de organizar a hora-atividade tomando como base a hora relógio (60 minutos em vez de 50 minutos), bem como o envio do projeto de lei assegurando os 33% de hora-atividade no Paraná, tornando a mesma uma política perene de Estado.

Propostas foram encaminhadas como Projetos de Lei Complementar e seguirão, em breve, para votação. APP acompanha tramitação



LEANDRO TAQUES

• APP faz pressão para que tramitação de projetos seja rápida

Tramitação:



1. Propostas foram encaminhadas pelo governo à Assembleia.



2. Após reunião com a APP, presidente da Alep enviou a mensagem às Comissões da Casa Legislativa.



3. Após parecer das Comissões, projetos vão para a votação em Plenário



4. No plenário, os projetos passam por três votações, sendo a última a votação da redação final.



5. Em seguida, são encaminhados à Presidência da Alep para assinatura e, depois, seguem para receber assinaturas do governador.



6. Após sanções, as leis são publicadas no Diário Oficial do Estado e passam a vigorar.

Luta da APP garante uma carreira melhor

Após muita luta dos(as) educadores(as), o governo enviou à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar que altera o plano de carreira dos funcionários da Educação. O texto, que tramita como PLC 003/2013, não deve encontrar resistências no Legislativo, mas a APP acompanha atentamente toda a tramitação nas comissões e deve convocar a categoria para acompanhar a votação no Plenário.

A ida do projeto à Alep se deu após uma luta árdua. Depois de a minuta ter sido exaustivamente debatida e concluída, o governo surpreendeu a categoria, ao retirar do texto um dos pontos centrais das demandas: o reconhecimento da escolaridade (graduação para o Agente I e pós-graduação para o Agente II) para fins de avanço na carreira. A súbita mudança foi um dos deflagradores do indicativo de greve, determinado em dezembro.

Percebendo a insatisfação dos educadores com a manobra, e a disposição da categoria a ir para uma greve a partir de março, o governo voltou atrás e enviou o projeto à Assembleia Legislativa com a inclusão do reconhecimento da titulação. Cabe ressaltar, neste momento, o papel decisivo da diretoria da APP-Sindicato no processo de negociação. “Comprovamos para o governo que outros segmentos do funcionalismo público do Paraná já eram beneficiados com o reconhecimento do ensino superior e pós na carreira”, afirmou o secretário estadual de funcionários da APP-Sindicato, José Valdivino de Moraes.

A aprovação do projeto de lei faz parte de um ciclo de lutas e conquistas da categoria em torno do sindicato. Há pouco mais de dez anos, os funcionários(as) viviam sobre a ameaça da terceirização. Se não fosse a resistência da categoria, não teríamos hoje uma carreira estatutária estrutura dos funcionários(as) na educação. Neste ciclo de conquistas, além de reajustes salariais destacam-se, os concursos públicos, em 2005 e 2006, e a aprovação do Plano de Carreira, em 2008.

A luta vale a pena! Com a aprovação do PL 003/2013 a carreira ficará ainda melhor. Além de garantir o reconhecimento das titulações, a progressão de até três classes, a remoção, regulamentação das atribuições do cargo, o PL assegura, para o mês de agosto, a progressão de mais uma classe (3,8%) para os agentes educacionais. Isto, como forma de parcialmente atender a reivindicação do sindicato, feita no ano passado, por reajustes acima da inflação.

Veja as principais conquistas presentes no projeto de lei

:: Avanços na carreira

Progressão:

>> A partir de 2014, por progressão na carreira, os (as) funcionários (as) poderão avançar até três classes (hoje só são permitidas duas). Duas por qualificação e uma por avaliação de desempenho.

>> Implantação uma classe a mais (3,8%) para os agentes educacionais em agosto de 2013.

>> a carga horária exigida para a progressão será de 120 horas, computando 100% da carga horária da Semana Pedagógica.

Promoção:

>> Reconhecimento dos cursos de ensino superior para o Agente Educacional I e Pós-graduação para o Agente Educacional II.

>> Avanço de 5 classes para o Agente Educacional I com o ensino superior. Isto representará um ganho salarial de 19%.

>> Avanço de 7 classes para o Agente Educacional II com pós-graduação. Trará um incremento de 26,6%

Veja como fica o quadro da promoção:

Agente Educacional I	
Ensino Médio	7 classes
Profuncionário	6 classes
Ensino Superior	5 classes

Agente Educacional II	
Profuncionário	6 classes
Ensino Superior	5 classes
Pós-graduação	7 classes

Para exemplificar:

Primeiro caso: Pedro é agente educacional I. Já teve o reconhecimento do Ensino Médio (7 classes) e do Profuncionário (6 classes). Atualmente está na classe 14 da tabela salarial. Seu vencimento base hoje é de R\$ 1.273,21.

Com a aprovação do PL, em agosto deste ano ele subirá mais uma classe. Vai para a classe 15 (R\$ 1.321,59). Com a apresentação do curso superior ele avançará mais 5 classes. Irá para a classe 20 (R\$ 1.592,52). Terá a mais no salário o valor de R\$ 319,31.

Segundo caso: Maria é agente educacional I. Também já obteve o reconhecimento do ensino médio e do Profuncionário na carreira. Atualmente está na classe 14 da tabela salarial. Seu vencimento base hoje é R\$ 1.273,21. Diferentemente de Pedro, Maria tem o direito à progressão neste ano, podendo avançar mais duas classes. Assim, em agosto poderá ter o avanço de três classes: duas pela progressão e uma com a aprovação do projeto de lei. Assim, da classe 14 irá para a classe 17 (R\$ 1.423,94). Com a apresentação do Curso Superior, Maria avançará mais 5 classes. Irá para classe 22 (R\$ 1.715,83). Terá um ganho salarial de R\$ 442,62.

Data-base – Nestes valores ainda não estão computados o reposição da inflação deste ano para o mês de maio, estimada em 6,11%.

Obs.: Nas simulações apresentadas acima não foram computadas as progressões que ocorrem cada dois anos que a grande maioria dos funcionários já tiveram.

:: Outras conquistas:

Remoção: o concurso de remoção também deixa de ser uma concessão e terá critérios universais de realização. O governo já se pronunciou que fará um concurso já no primeiro semestre deste ano, com efetivação no novo local de trabalho no início das aulas do segundo semestre.

Regulamentação das atribuições: agora, serão descritas as atribuições dos antigos auxiliares administrativos que atuam nas secretarias e bibliotecas das escolas; haverá ainda regulamentação do pagamento da gratificação de secretário, das atribuições dos atuantes nos laboratórios e dos que atuam nos colégios agrícolas.

Relembre índices conquistados nos últimos anos:

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Índice conquistado	De 25,56% a 88,11% (Reajuste tabela QPPE)	-	De 18,75% a 26,25% (Ganho médio Plano QFEB)	-	-	-	-	13,5% (índice reivindicado pela APP)
Data-Base	-	3,34%	5%	6%	5%	6,5%	6,5%	Prevista em 6,11%

Preparando-se para a Conae, Paraná institui Fórum Estadual de Educação

APP-Sindicato convoca sua base a participar dos debates nas etapas municipais, intermunicipais e estadual

No momento em que as etapas preparatórias para a Conferência Nacional de Educação (Conae 2014) estão para acontecer, o Paraná finalmente vê criado seu Fórum Estadual de Educação (FEE), fruto de mais de 20 anos de luta dos movimentos sociais e do movimento sindical pela institucionalização do espaço de debate público multipartite da educação.

O Fórum é aguardado como um espaço para a realização de políticas para uma educação pública de qualidade, gratuita e realmente inclusiva. Trata-se de uma demanda da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010, debatida amplamente no Fórum Nacional de Educação (FNE), que reúne gestores estaduais e gestores municipais, trabalhadores(as) em Educação, pais e mães e todos os movimentos. O Fórum Estadual permitirá a intervenção dos agentes envolvidos com o processo educativo na coordenação das Conferências de Educação, acompanhamento e avaliação da implementação de suas deliberações e ainda, participação do processo de concepção e avaliação da política educacional. Recém-instalado, o fórum estadual já recebe a missão imediata de organizar as conferências municipais, intermunicipais e estadual de Educação, como prévias à Conae.

A APP, junto com outras 34 entidades ligadas à educação, é parte integrante do Fórum, lançado em Curitiba no final de fevereiro e atuará na organização das atividades no Estado. A presidenta do sindicato, professora Marlei Fernandes de Carvalho, e o professor Edilson de Paula, secretário de Municipais, representam a instituição respectivamente como titular e suplente. A professora Walkíria Mazeto, secretária Educacional, e Elizamara Goulart, secretária de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT, são representantes do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública também como titular e suplente. José Valdivino de Moraes, secretário de Funcionários da APP e secretário-executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) é titular na representação da confederação no Fórum. A professora Marlei ainda está na Comissão de Mobilização do fórum e a professora Walkíria está na da Comissão de Sistematização.

Ação – A exemplo da sua atuação na organização e participação na Conferência Nacional de Educação (Conae) realizada em 2010, a APP-Sindicato deseja o intenso envolvimento



• Lançamento da Conae, na UFPR, em Curitiba

de sua base no processo de estruturar as etapas que antecedem a Conae. Agora, a próxima etapa é a criação dos Fóruns Municipais de Educação que, assim como o FEE, têm caráter permanente e como meta organizar as Conferências Municipais e Intermunicipais de Educação. Nos próximos dias, os Núcleos Regionais de Educação (NREs) farão chamada para a primeira reunião organizativa das entidades que estão envolvidas na realização dos debates municipais e intermunicipais.

Os Núcleos Sindicais da APP também deverão organizar a atuação nas suas regionais, mobilizando as escolas, os representantes da entidade, além de trabalhadores em educação, para integrar o debate. Os trabalhadores em educação pública do Paraná organizados na APP-Sindicato farão a diferença na qualidade e na intervenção política dessa discussão. E o primeiro passo para este envolvimento é a leitura do Documento de Referência da Conae, que está disponível no site da APP.

Importância – Sabendo que a Conae é um espaço privilegiado para refletir, debater, questionar e propor políticas para a educação no Brasil, os educadores em todo o Estado devem tomar parte da discussão, sempre com base no Documento Referência. A partir da sua realidade, das suas demandas e especificidades dentro das escolas, dos municípios, os educadores devem participar por meio de seus delegados das Conferências Municipais ou Intermunicipais de Educação e avaliar o referido documento, propondo emendas,

até o mês de junho. É preciso compreender a importância política desse processo: exigir que essa mobilização, debate e construção da política nacional de educação não fique só no papel e na intenção, mas que seja efetivamente aprovada e implementada como Plano Nacional de Educação.

Livres – É importante que a categoria participe também das conferências livres. Elas não têm poder deliberativo e, portanto, não elegem delegados, mas são espaços de conhecimento, crítica, questionamentos sobre a política. O Fórum Nacional de Educação (FNE) lançou uma plataforma online para auxiliar na gestão e organização de conferências livres da Conae 2014. Qualquer reunião que discuta os temas da Conae 2014, sejam presenciais ou virtuais, podem ser consideradas conferências livres, desde que sejam cadastradas no espaço virtual criado pelo Ministério da Educação (MEC). No ambiente digital, é possível encontrar um manual sobre como criar uma conferência livre.

Mais orientações sobre a organização das etapas da Conae 2014 no Paraná podem ser obtidas no site da APP-Sindicato (www.appsindicato.org.br), na Secretaria Educacional da APP-Sindicato, através da Secretária Educacional, professora Walkíria Mazeto, ou da assessora Márcia do Rocio Santos pelo e-mail: educacional@app.com.br.

Fórum Social Mundial reúne milhares na Tunísia

Com o tema “Dignidade”, o 9º Fórum Social Mundial (FSM) reuniu mais de 70 mil participantes, em mais de mil atividades organizadas pelos coletivos presentes em Túnis, na Tunísia, entre os dias 26 e 30 de março. A análise da situação econômica que deu origem aos levantes populares conhecidos como Primavera Árabe integrou boa parte dos debates, bem como outros temas já presentes em edições anteriores e que compõem a agenda da globalização alternativa.

A Tunísia foi o berço da Primavera Árabe. O país ainda se encontra sob o efeito da ebulição política e foi escolhido exatamente por este motivo para ser a sede do encontro. Apesar de permanecer presente em boa parte das discussões, os levantes populares árabes não foram a tônica do encontro. A causa palestina, por outro lado, foi um tema preponderante, lembrado, sobretudo, no seu encerramento. Como em outras edições, pairou a discussão nos movimentos sociais de todo o mundo sobre a capacidade de o FSM ser um efetivo espaço de articulação de ações concretas por outra globalização ou uma simples ocasião de encontro e troca de experiências.

Ao final, os movimentos sociais participantes emitiram uma declaração em que se manifestam contra as multinacionais e o sistema financeiro (o FMI, o BM e a OMC), pela justiça climática e a soberania alimentar, contra a violência para as mulheres, pela paz e contra a guerra, o colonialismo, as ocupações e a militarização e pela democratização dos meios de comunicação de massa e pela construção de mídias alternativas, fundamentais para inverter a lógica capitalista. A assembleia ainda aprovou uma declaração em que condena a ingerência estrangeira nos países sob argumento da dívida externa.



Após revés no Congresso, educação segue na batalha por recursos do petróleo

Medida provisória que disciplina royalties de novas lavras é esperança para que se aumentem as verbas para o setor

Depois de o Congresso Nacional ter derrubado os vetos da presidente Dilma Rousseff à lei que redistribui os *royalties* do petróleo, as atenções do movimento da Educação agora se concentram sobre a Medida Provisória 592/12, que trata da destinação dos recursos das futuras concessões.

A tensa votação, no dia 7 de março, pôs em confronto parlamentares de Estados produtores e não-produtores. No total, foram analisados 142 vetos. Na Câmara, o veto com menor rejeição teve 349 votos e o com a maior rejeição foi de 354 votos. No Senado, o resultado foi um só, com 54 senadores contra os vetos, de um total de 63 votantes.

Já a medida provisória foi publicada em dezembro do ano passado e segue em tramitação no Congresso. O seu relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), já antecipou que será necessário fazer alterações no texto, que não incorpora todos os recursos previstos no projeto original de redistribuição dos *royalties* (PL nº 2.565/11).

A medida provisória editada pelo governo destina 100% desses recursos à Educação e preenche lacunas deixadas pelos vetos. A questão da redistribuição, no entanto, deve ser retirada do texto, já que, com a derrubada dos vetos, fica valendo a proposta aprovada no ano passado, que determina uma divisão mais equânime dos recursos entre todos os Estados.

Também fica valendo a prerrogativa de Estados e municípios poderem gastar as novas verbas do petróleo em inúmeras áreas, sem nenhuma prioridade. Esta condição, no entanto, encontra-se suspensa, neste momento, por ordem do Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar à ação direta de inconstitucionalidade movida pelos Estados produtores contra a lei federal.

Cenário – Se o PL da redistribuição dos *royalties* fosse aceito, seriam destinados aos sistemas educacionais da União, dos Estados e dos municípios cerca de R\$ 8 bilhões, quase o equivalente a uma nova complementação da União ao Fundeb. No entanto, pelo texto da MP 592 não se alcançaria nem R\$ 1 bilhão em 2013.

A proposta original de distribuição dos recursos do petróleo à Educação contemplava ainda uma progressividade de vinculação, que deveria chegar a aproximadamente R\$ 50 bilhões



em 2020, valor ainda abaixo do necessário para se atingir os 10% do PIB na Educação. Isto só evidencia a necessidade de se manterem os esforços para vincular novas receitas ao setor.

Destinação – Caberá à comissão mista que analisa a MP discutir as áreas em que os recursos serão investidos. “Precisamos saber que volume de dinheiro vamos ter, qual vai ser a cronologia dessa produção e se a destinação dos *royalties* será 100% para Educação”, explica Zarattini, que pretende ouvir a opinião dos municípios antes de apresentar uma proposta.

No último dia 14 de março, a Comissão Especial encarregada em analisar a MP 592, sob a coordenação do deputado Carlos Zarattini, relator do PL 2.565/11, realizou audiência pública e os debates indicaram que a correlação com os entes federados tende a se acirrar cada vez mais, uma vez que os Estados e municípios insistem em não querer vincular novas receitas à Educação.

Assim, o movimento dos trabalhadores da educação convoca a sua base para se posicionar a favor da destinação de 100% dos recursos do petróleo, devendo a categoria procurar os parlamentares para cobrar deles o compromisso com essa agenda essencial para viabilizar a Educação que queremos.

Alíquota da ParanaPrevidência vai a 11%

Lei aprovada às pressas no final do ano passado onera servidores, que reivindicam mais 1% na data-base, em maio

Os servidores públicos estaduais passarão a contribuir com 1% a mais de seus salários para a ParanaPrevidência. Este aumento na contribuição é resultado da Lei Estadual 17.435, sancionada no final do ano passado, que, sem considerar a posição dos servidores para solucionar o déficit atuarial da ParanaPrevidência, alterou o plano de custeio da entidade, onerando o funcionalismo, ao passar a alíquota de 10% para 11%.

O novo desconto já acontece na folha de abril. A luta do movimento dos servidores vem garantindo que aposentados continuem isentos da contribuição. Também, não aceitaremos que este novo índice signifique uma perda para nós. Já para maio, quando da data-base, vamos reivindicar que, além da inflação, seja concedido mais 1% de reajuste para suprir o novo desconto previdenciário.

Aposentados(as) planejam ações para 2013

Educadores e educadoras se reuniram em Curitiba, para definir iniciativas em reconhecimento ao trabalho e qualidade de vida dos(as) aposentados(as)

VALNÍSIA MANGUEIRA | APP



• Foram dois dias intensos de trabalho analisando as ações regionais e estadual

Debate sobre investimentos na educação em Prudentópolis



Durante os dias 18 e 19 de abril, a cidade de Prudentópolis sediará a 12ª Sessão do Fórum Permanente de Controle e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A APP-Sindicato promove a organização das sessões desde 2004 em parceria com os deputados estaduais Professor Lemos e Tadeu Veneri, o Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado e com apoio de diversas entidades ligadas à educação. Cada reunião é realizada em uma cidade diferente do estado.

O objetivo do Fórum é capacitar e discutir com os vários agentes da educação e também com a sociedade o correto uso das verbas para o Ensino Público. A abertura acontecerá no Clube XII de Novembro, em Prudentópolis, a partir das 8 horas da manhã do dia 18. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo e-mail: forumfundeb.prudentopolis@yahoo.com.br ou pelo telefone (42) 3908-1046.

A Secretaria de Aposentados da APP-Sindicato organizou, nos dias 26 e 27 de março, o Seminário Estadual dos(as) Aposentados(as). No debate, estiveram presentes representantes dos 29 núcleos sindicais da entidade, para debaterem questões sobre saúde, previdência, temas jurídicos, ações de sindicalização e aposentadorias.

As atividades propostas tiveram enfoque sobre a conjuntura sindical, política e social do idoso, nas esferas regional, estadual e nacional. A secretária de Aposentados(as), professora Tomiko Kiyoku Falleiros, evidenciou a importância da temática na sociedade. “Na nossa sociedade, o idoso sofre discriminação e não tem conhecimento dos próprios direitos, assegurados pelo Estatuto do Idoso, que foi aprovado em 2003. A participação dos educadores aposentados nestas instâncias é essencial para que tomemos conhecimento dos crimes cometidos contra os idosos, tanto na família, como pela sociedade. Precisamos ajudar a fazer a denúncia, se for possível, e a tentar sanar essas dificuldades. Também como educadores, temos que fazer uma luta dentro desses espaços, para aprovar as indicações, para que, no currículo escolar dos Ensinos Fundamental e Médio, sejam inseridos a temática do idoso”, ressaltou.

O encontro anual teve a participação do deputado estadual Professor Lemos e falas da presidenta da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho e do secretário de Assuntos Jurídicos, Mário Sérgio de Souza, do secretário de Saúde e Previdência, Idemar Beki. Cada dirigente regional presente levou ao seu Núcleo Sindical as propostas de atividades da categoria e, ao longo do ano, coletivos regionais serão organizados em todo Estado. Informações sobre os debates, no site da APP (www.appsindicato.org.br).

CUT discutiu comunicação e democratização da informação

Novas formas de comunicação e regulação da mídia no Brasil: estes são os caminhos para garantir uma comunicação mais democrática no país

No início de abril, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) promoveu, em São Paulo, o seu 6º Encontro Nacional de Comunicação (Enacom). Durante três dias, a entidade debateu com representantes dos movimentos sociais, da academia e da blogosfera, mecanismos para ampliar a rede de informação da classe trabalhadora e expandir a liberdade de expressão. Entre as constatações apontadas nos debates, estava a de que é imprescindível fortalecer a mídia alternativa, para enfrentar os grandes conglomerados midiáticos, unindo a comunicação dos movimentos sociais.

Os participantes também discutiram a necessidade de romper com a ditadura da mídia, para libertar a palavra. “A cultura do silêncio é uma construção histórica das elites, que sempre procuraram impor sua dominação, negando a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que tentavam se apropriar desta bandeira”, frisou o professor Venício Lima, um dos palestrantes, que

acredita que a unificação dos movimentos sindical e social em torno de um projeto de lei de iniciativa popular que oxigene o setor é estratégica para a própria consolidação da democracia no país.

A secretária de Comunicação da Central, Rosane Bertotti, conclamou os movimentos sociais e lideranças cutistas a ampliarem a mobilização e a estabelecer metas para a campanha de arrecadação de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular, para democratizar o setor. “Não conseguiremos democratizar a comunicação se não acabarmos com a propriedade cruzada, se não mudarmos a forma de concessão de canais de TV e rádio e não impedirmos que detentores de cargos públicos sejam donos de emissoras, se não estabelecermos regras para termos mais produção nacional, se 70% da publicidade do governo continuarem indo para as mãos de grandes grupos econômicos”, criticou.

Com informações do portal da CUT Nacional

Movimentos comemoram dez anos do jornal Brasil de Fato



JOKA MADRUGA

Os movimentos sociais e entidades apoiadoras do Brasil de Fato organizaram um ato comemorativo dos dez anos do jornal. A atividade, realizada no dia 5 de abril, aconteceu na sede estadual da APP-Sindicato.

Foi um momento de debates, com a presença do blogueiro Altamiro Borges, do Centro Barão de Itararé, e Nilton Viana, editor-chefe do Brasil de Fato. Ambos analisaram o papel de um veículo de comunicação popular no contexto no qual a democratização da comunicação é uma bandeira cada vez mais forte na sociedade.

Os movimentos sociais construíram o jornal no Paraná desde o seu surgimento, em 2003. Atualmente, o Estado conta com uma sucursal do periódico, sustentada por sindicatos e apoiadores. Conta também com o apoio de um coletivo de comunicadores populares.

Fonte: Brasil de Fato

Comissão Estadual da Verdade toma posse

Foram empossados, no dia 3 de abril, os sete membros da Comissão Estadual da Verdade, que vai examinar violações de direitos humanos praticadas no Paraná, no período de 1946 a 1988, além de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade. Além do Paraná, apenas Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo instalaram uma comissão estadual, com o propósito de apoiar o grupo nacional.

A comissão funcionará no âmbito da Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que prestará apoio administrativo às ações e atividades, que não terão caráter jurisdicional ou persecutório. O Paraná foi o primeiro Estado a abrir os arquivos públicos e a criar uma lei para indenizar ex-presos

políticos ou suas famílias. A previsão de término dos trabalhos da Comissão Estadual é o mesmo fixado pela Comissão Nacional da Verdade: final do primeiro semestre de 2014.

Os membros empossados são Ivete Maria Caribé da Rocha, advogada e integrante do Comitê de Refugiados do Paraná; Luiz Edson Fachin, jurista e professor de Direito da UFPR; Marcio Mauri Kieller Gonçalves, bancário e vice-presidente da CUT no Paraná; Neide de Azevedo Lima, ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia; Olympio de Sá Sotto Maior Neto, ex-procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná; Pedro Bodê, professor do setor de Ciências Humanas da UFPR e especialista em violência; Vera Karam de Chueiri, professora e vice-diretora do Setor de Ciências Jurídica da UFPR.

Segundo os organizadores do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, dos sete nomeados pelo governador para a comissão, seis foram indicados pela instituição. A comissão já definiu um calendário de atividades, que compreende a recepção de testemunhos, informações, dados e documentos que forem encaminhados voluntariamente, bem como o requerimento de informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público classificados em qualquer grau de sigilo. A APP é uma das entidades paranaenses que compõem o Fórum de Resgate da Verdade, Memória e Justiça. Assim, tem acompanhado e participado dos debates sobre esta temática importante para a democracia brasileira.

Hora-atividade: luta determina trajetória de conquistas

Está mais que comprovado que a hora-atividade traz um impacto significativo na qualidade da Educação e nas condições de trabalho dos professores e professoras. Por isso, há muito tempo, a reivindicação pela sua implantação vem ocupando as pautas de lutas e negociações dos sindicatos da educação de todo o país.

No Paraná, a primeira grande campanha pela hora-atividade aconteceu no ano de 1996, com um *slogan* bastante sugestivo: “Chega de trabalho escravo. Hora-atividade Já”. A campanha denunciava o fato de os professores e professoras desenvolverem jornadas de trabalho nos finais de semana e nas madrugadas sem o devido pagamento. De lá para cá, a atuação da categoria em torno da APP tem feito com que esta reivindicação se consolide como realidade. Assim, conquistamos 10% de hora-atividade na greve de 2000, 20% em 2003, 25% em 2013 e, agora, 30% em agosto deste ano. A luta continua, para efetivar os 3,33% restantes em janeiro de 2014, mantendo o horizonte histórico de alcançar num futuro próximo o patamar de 50% de hora-atividade.

Projeto de Lei – Após um intenso processo de mobilização, o governo encaminhou para a Assembleia Legislativa o PL 002/2013, que institui na legislação paranaense os 33% de hora-atividade, sendo 30% aplicados em agosto deste ano. O Projeto que está prestes a ser aprovado, representa uma importante conquista para a Educação e para o magistério.

Não foi uma conquista fácil, muito pelo contrário. Desde a declaração de constitucionalidade da Lei do Piso, em maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal, a APP e os demais sindicatos de Educação do país travam uma verdadeira guerra, para garantir na prática a implantação dos 33% de hora-atividade previsto na legislação nacional.

Após intenso processo de mobilização da categoria, em maio de 2012 o governador se comprometeu em aplicar o índice de reajuste do Piso Nacional (16%), e implantar os 33% de hora-atividade em janeiro de 2013. O reajuste do Piso foi aplicado. No entanto, ao final do ano, o governo recuou do acordo efetuado com a categoria, efetivando 25% de hora-atividade, ao invés dos 33% prometidos. E pior, tentou pegar carona no discurso de governantes de outros estados, ao defender a aplicação do percentual de hora-atividade a partir da hora-relógio, e não hora-aula como defende o sindicato.

A postura do governo do Paraná fez com que a categoria aprovasse, em assembleia estadual realizada no mês de dezembro, o indicativo de

greve a partir do dia 13 de março. A reação firme dos trabalhadores e trabalhadoras em educação durante as primeiras semanas de aula levou o governo a apresentar uma nova proposta para a hora-atividade, agora em forma de Projeto de Lei Complementar (o que garante que os próximos governos não voltem a reinterpretar o PSPN). O PL 002/2013 está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado (Alep), sob o acompanhamento da APP-Sindicato. Na prática, no próximo semestre as aulas serão distribuídas contemplando 30% da jornada de trabalho como hora-atividade, com o compromisso do governo de, no início do ano letivo de 2014, aplicar os corretos 33,33%.



Hora aula x hora relógio

Embora Lei, em todo país os profissionais da educação enfrentam enormes dificuldades para a consolidação dos 33% de hora-atividade. Governantes têm utilizado diversos subterfúgios para postergar a efetivação deste direito. Entre estes, o de aplicar o percentual da hora-atividade a partir da hora-relógio e não hora-aula. Isto, na prática, é um grande retrocesso à toda luta histórica pela qualidade da educação. Na verdade, “para” continuar do mesmo jeito que está, vários estados que dizem hoje estar aplicando os 33% de hora-atividade têm feito a partir do cálculo da hora-atividade.

No Paraná, a luta da categoria e um processo efetivo de negociação da direção da APP-Sindicato afastou de vez este fantasma nocivo à educação pública de qualidade.

Momentos importantes na defesa da hora-atividade

1987 – Instituição do Regime Diferenciado de Trabalho com 20% de hora-atividade (Lei Complementar nº. 37).

1996 – Os educadores do Paraná lançaram a primeira campanha pela hora-atividade.



2000 – Na greve conquistamos 10% de hora-atividade para o início de 2001.

2002 – Neste ano, conquistamos uma lei estadual e o compromisso do candidato Requião com a ampliação para 20%.

2003 – Implantação de 20% de hora-atividade.

2008 – A lei do Piso Salarial Profissional Nacional institui um piso mínimo para os professores(as) e estabelece a destinação de 1/3 da jornada de trabalho dos professores e professoras para a hora-atividade.

- No mesmo ano, governadores de cinco estados entram com pedido de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). A implantação desta importante conquista foi postergada.

2011 – O STF nega o pedido de inconstitucionalidade à lei do piso. Assim, os governantes começaram a discutir a possibilidade de implantação dos 33% de hora-atividade.

2012 – Após um calendário de mobilização, em maio o governo assume o compromisso de implantar os 33,3% em janeiro de 2013.

2013 – Governo implanta em janeiro 25% de hora-atividade ao invés dos 33% prometidos.

- Conquista da Lei Estadual dos 33% de hora-atividade.

